

**TECNOPOLÍTICAS DO PLANEJAMENTO
URBANO E SENTIDOS GLOBAIS NA
METRÓPOLE PAULISTA:**

**VIGILÂNCIA, PARADIGMA ADMINISTRATIVO E
SOLUCIONISMO TECNOLÓGICO**

***TECHNOPOLITICS OF URBAN PLANNING AND GLOBAL
SENSES IN THE METROPOLIS OF SÃO PAULO:***

***SURVEILLANCE, ADMINISTRATIVE PARADIGM AND
TECHNOLOGICAL SOLUTIONISM***

***TECNOPOLÍTICA DEL PLANEAMIENTO URBANO Y SENTIDOS
GLOBALES EN LA METRÓPOLIS DE SÃO PAULO:***

***VIGILANCIA, PARADIGMA ADMINISTRATIVO Y SOLUCIONISMO
TECNOLÓGICO***

Luís Henrique Cracco
UFABC - luis.cracco@aluno.ufabc.edu.br

André B. Pasti
UFABC - andre.pasti@ufabc.edu.br

RESUMO

As novas tendências do planejamento urbano hegemônico apontam para a informatização e a dataficação do espaço, produzindo as cidades inteligentes como um novo modelo de gestão. Neste sentido, os atores hegemônicos produzem tecnopolíticas que se utilizam dos novos dados técnicos para a incorporação dos sentidos globais nas grandes metrópoles. Este trabalho, unindo perspectivas do planejamento urbano com os estudos tecnopolíticos, analisa os sentidos hegemônicos de algumas tecnopolíticas inseridas na Metrópole de São Paulo, compreendendo a centralidade do conteúdo sociotécnico dessas políticas em três eixos: a vigilância, o solucionismo tecnológico e o paradigma administrativo, e dispendo de considerações a respeito de seus impactos.

Palavras-chave:

Tecnopolítica; smart city; vigilância; solucionismo tecnológico; paradigma administrativo.

ABSTRACT

The new trends in hegemonic urban planning point towards the informatization and datafication of space, producing smart cities as a new management model. In this sense, hegemonic actors produce technopolitics that use new technical data for the incorporation of global meanings in large metropolises. This work, combining perspectives from urban planning with technopolitical studies, analyzes the hegemonic meanings of some technopolitics inserted in the São Paulo Metropolis, understanding the centrality of the sociotechnical content of these policies in three axes: surveillance, technological solutionism, and administrative paradigm, and providing considerations regarding their impacts.

Keywords:

Technopolitics; smart city; surveillance; technological solutionism; administrative paradigm.

RESUMEN

Las nuevas tendencias en la planificación urbana hegemónica apuntan hacia la informatización y la dataficación del espacio, produciendo ciudades inteligentes como un nuevo modelo de gestión. En este sentido, los actores hegemónicos producen tecnopolíticas que utilizan nuevos datos técnicos para

la incorporación de significados globales en las grandes metrópolis. Este trabajo, combinando perspectivas de la planificación urbana con estudios tecnopolíticos, analiza los significados hegemónicos de algunas tecnopolíticas insertadas en la Metrópoli de São Paulo, comprendiendo la centralidad del contenido sociotécnico de estas políticas en tres ejes: la vigilancia, el solucionismo tecnológico y el paradigma administrativo, y proporcionando consideraciones sobre sus impactos.

Palabras clave:

Tecnopolítica; smart city; vigilancia; solucionismo tecnológico; paradigma administrativo.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento urbano no início do século XXI vem sendo cada vez mais pautado pelas discussões a respeito da técnica. A predominância de um planejamento neoliberal que acompanha uma crise societária (Ribeiro, 2013), resultado de um processo de urbanização corporativa onde a gestão é comandada pelo sentido das grandes corporações e do lobby (Santos, 1993), que se renova com novos discursos e práticas fundadas nas técnicas da informação. Propomos, aqui, uma análise a esse processo a partir da perspectiva da tecnopolítica.

O campo de estudos tecnopolíticos propõe desvendar sentidos da técnica associando-a à dimensão política. Santos (2020) já compreendia a indissociabilidade entre técnica e política a partir de uma leitura do fenômeno técnico, fundados a partir dos estudos de Latour (2001). Hoje, os estudos das técnicas ganham complexidade e profundidade para compreender a presença exponencializada de tecnologias a quais estranhemos na contemporaneidade. Bruno et. al (2018, p. 8) descrevem as tecnopolíticas como “uma caixa de ferramentas para os embates sociotécnicos do presente”, entendendo-as como instrumentos políticos (ou *technopolicies*), que se distingue do significado de tecnopolítica como campo de disputa, ou de conhecimento (ou *technopolitics*).

Como campo, adota-se uma perspectiva crítica do olhar sobre a tecnologia, compreendendo-a como carregada de valores e humanamente controlada (Feenberg, 2003) — ou seja, as tecnologias não são boas, nem más, nem neutras (Lévy, 1997), mas carregadas de sentidos agregados de sua produção, que disputam os sentidos da ação, sendo esta uma disputa política. Daí a importância de aprofundar os estudos sobre a parte mecânica dos objetos, sobre a engenharia das técnicas, rompendo os obscurecimentos promovidos pela alienação técnica (Amadeu da Silveira, 2021), revelando

noções de como, onde e em favor de que atores as tecnologias se estabelecem como dispositivos de poder.

Na metrópole paulista, enfoque deste estudo, durante os últimos anos uma série de tecnopolíticas *smart* vieram a ser implementadas pelas gestões municipais de maneira sistemática. Existe um esforço pelos autores no momento de quantificar, mensurar e cartografar essas políticas e seus principais agentes, compreendendo as narrativas sociotécnicas que as promovem, junto dos sentidos intrínsecos que transformam o território. Portanto, neste trabalho vamos identificar algumas tecnopolíticas em curso, esboçando o que identificamos como as centrais narrativas sociotécnicas: a vigilância, o paradigma administrativo e o solucionismo tecnológico. E, posteriormente, identificaremos os sentidos intrínsecos às políticas entre o global e o local, apontando para o direcionamento do planejamento territorial atual e visando novas alternativas.

2 GLOBALIZAÇÃO, TECNOPOLÍTICAS E SENTIDOS GLOBAIS

Na atual conjuntura do primeiro quartil do século XXI, a formação das redes que viabilizam a circulação e a comunicação (Dias, 2000) em nível global se dá de forma concomitante – e condicionante – ao processo de globalização. Esse processo produziu o novo período técnico-científico informacional marcado pela unicidade da técnica, a convergência dos momentos e a cognoscibilidade planetária (Santos, 2021). Neste período, a técnica avança ao passo em que a ciência se concretiza, e a informação, quase instantânea, media as relações das forças produtivas ao redor do globo. Assim, “o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde” (Santos, 2021, p. 52), pois tal informação é produzida a partir da ideologia hegemônica e se difunde como instrumento de dominação pelos grandes atores políticos e econômicos.

Desta maneira, uma família de técnicas protagonizou a disputa da ação durante este período que segue até a contemporaneidade. As TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), que se estendem desde o rádio, a televisão, o telefone-celular até as novas e mais sofisticadas tecnologias de dados e algoritmos, são difundidas no território até a banalidade, integrando os lugares em sistemas técnicos maiores e mais complexos, conectando as diversas localidades ao global. Como explica Bertollo (2019, p. 82-83):

Os processos de integração dos mercados globais no período técnico científico informacional se intensificaram a partir dos anos 2000 e demandaram o estabelecimento de sistemas técnicos sofisticados para dar base aos fluxos financeiros globais para integrar informações entre países, regiões,

cidades e demais lugares onde a rede pode ser capilarizada. Tais infraestruturas deram forma às redes, e aumentar sua densidade é o pressuposto para viabilizar a crescente circulação de mercadorias, informações e capitais. Esse processo modifica as relações de espaço e tempo condicionando práticas sociais, políticas, econômicas e culturais e reorganizando o território.

Hoje, as TICs se digitalizaram e agora são capazes de lidar com extensas quantificações de dados. A tecnologia de dados banalizada em diversos objetos técnicos amplamente difundidos no território é a base do evento da dataficação (Dijck, 2014), que se trata da quantificação dos cotidianos de todos os “usuários” de tecnologias, plataformas e serviços, gerando *big datas* que serão utilizados como produto ou insumo para as novas relações de capital, um novo “petróleo” a ser explorado pelo que Sérgio Amadeu da Silveira chama de *capitalismo digital* (2021).

A dataficação não se estabelece apenas pelos equipamentos eletrônicos individualizados, mas agora de objetos que ocupam os espaços públicos, pois o planejamento urbano agora se apropria da dataficação do espaço como um modelo de gestão, os novos modelos de *smart cities* (Schiavi & Silveira, 2022). Utilizando-se de câmeras, aplicativos e novas formas de coletas de dados, as prefeituras compram os pacotes *smart* de empresas multinacionais, reproduzindo conflitos e assimetrias em nível local e global que retomam a colonialidade (Amadeu da Silveira, 2021, p. 38):

Assim, países periféricos devem se empenhar em comprar os melhores produtos e serviços pelo menor preço. O uso é subentendido como passaporte para o avanço econômico. A invenção, o domínio da técnica, deve se concentrar nas grandes empresas que possuem capital para essa atividade. Seria demasiadamente irracional e custoso criar outros produtos e soluções próprias, pois isso iria se confrontar com a ideia de obter o melhor pelo mais econômico. Quase todo documento de uso de tecnologia digital, da nomeada transformação digital dos Estados, enaltece a redução de custos. Essa lógica reforça a colonialidade, uma vez que a margem de manobra e as opções para encontrar outras saídas longe da compra de produtos e serviços das grandes corporações dos países ricos seriam muito pequenas ou inexistentes.

Para além dessas novas dimensões da colonialidade, identificamos outras tendências centrais para onde embates sociotécnicos caminham. As técnicas, diferente do que a banalização genérica propõe, na verdade estão confinadas em bases muito mais restritas que o multifuncionalismo. E, das experiências observadas na metrópole paulista, registra-se três eixos principais

por onde a técnica estabelece suas bases: a vigilância, o solucionismo tecnológico e o paradigma administrativo.

3 TENDÊNCIAS DAS TECNOPOLÍTICAS SMART NA METRÓPOLE PAULISTA: VIGILÂNCIA, SOLUCIONISMO TECNOLÓGICO E PARADIGMA ADMINISTRATIVO

A nova agenda de *smart cities* tem justificado a adesão de inúmeras tecnopolíticas para o planejamento urbano. Com um grande apoio da mídia e de corporações, os pacotes *smart* se tornaram um novo elemento importante para o City Marketing (Ribeiro & Sanchez, 2013), instrumento de promoção e venda das cidades, característico de uma administração voltada à cidade empresa (Sanchez, 2010), do processo de urbanização corporativa (Santos, 1993). A mercantilização do espaço, eleva a centralidade da tomada de decisões às grandes corporações, através da produção de um consenso: “a cidade e suas possíveis intervenções são consideradas da perspectiva dos potenciais ‘cidadãos consumidores’. Ela mesma é um produto a ser vendido, com seus atributos e qualidades, serviços públicos e redes de serviços privados” (Ribeiro & Sanchez, 2013, p. 44).

As *smart cities*, ou cidades inteligentes, se utilizam do adjetivo *smart* para indicar a intensa utilização de TICs no planejamento urbano, termo que geralmente indica uma capacidade computacional em objetos – *smartwatch*, *smart TV*, *smartphone*. Contudo, trata-se de um sentido em aberto: diversos autores, empresas e instituições promovem esforços para definir o que seria uma cidade inteligente sem sucesso de consenso, pois a vagueza dos dois termos que não se complementam é essencial para a modelar os discursos aos conteúdos tecnopolíticos. Assim, como modelo de cidade empresa, “*smart cities* atraem *smart citizens*, e *smart citizens* atraem *smart money*” (Morozov & Bria, 2019, p. 16).

Contudo, não apenas de marketing e formas se vale este modelo de gestão. Trata-se de um efeito dos novos impulsos globais (Ribeiro & Silva, 2013), que partem de atores hegemônicos e promovem eventos que se sobrepõem em disputa aos sistemas territoriais pre-existentes, sendo uma face da dataficação, das novas formas de capital – capitalismo digital, capitalismo de plataforma, capitalismo de vigilância – e dos novos dados técnicos. Ou seja, a centralidade do processo a ser examinado não se resume categorizar o que é cidade inteligente ou não, mas compreender os impactos dos eventos globais cujas *smart cities* são apenas uma de suas frentes. Um cuidado de análise que permite analisar a ação dispersa e estratégica dos agentes hegemônicos sem

se prender a debates inférteis sobre o que é inteligência, e sua “mensuração” nos aglomerados urbanos como forma de legitimar a análise.

Neste sentido, ao analisarmos a Região Metropolitana de São Paulo, procuramos as tecnopolíticas que estão sendo apropriadas pelas gestões. Schiavi e Silveira produziram um levantamento de dispositivos de dataficação em São Paulo – em geral, sistemas de dados e aplicativos –, compreendendo a forma com que o dataísmo está presente na gestão municipal (2022, p. 9):

Destaca-se, por meio desses dados, a ampliação da lógica da cidade enquanto mercadoria, uma vez que dos 35 dispositivos mapeados, 25 deles são oriundos de empresas privadas que têm um comprometimento direto com o lucro. A privatização dos serviços urbanos não é uma constatação nova na literatura, no entanto, observa-se que a transformação digital na cidade caminha para potencializar essa característica mesmo em segmentos nos quais o poder público tinha uma participação significativa no direcionamento do curso dos eventos, como é o caso do transporte e mobilidade.

Na pesquisa mencionada, a Prefeitura de São Paulo adota uma série de políticas dataficientes de acordo com o levantamento dos autores (Schiavi & Silveira, 2022, p. 8): City Câmeras, Body Cam, SP+SEGURA, Dronepol, Compstat Paulistano, Videomonitoramento da Zona Azul, WiFi Livre SP e Bike Sampa. A expressiva maioria das políticas se baseia apenas na utilização de câmeras de vigilância em diferentes modalidades, enquanto o restante está voltada a adoção de algum sistema de informação ou de conectividade a internet. De maneira extensiva sobram exemplos em São Paulo de iniciativas de informatizar e dataficar a gestão como listado pelos autores citados, mas neste trabalho levantamos alguns outros exemplos que estão presentes em outras gestões que conformam a metrópole paulista.

O Colab, um aplicativo que funciona por parceria público-privada com o governo, já possui acordo com o Estado do Rio Grande do Sul e agora está firmando novos acordos na Região Metropolitana de São Paulo, estando presente até o momento em Santo André, Mogi das Cruzes e Diadema. Este aplicativo assume o papel de centralizar a burocracia, como o pagamento de IPTU, mas sua base principal é simular uma rede social onde os usuários apontam projetos possíveis ou questões eminentes na cidade e, através do engajamento, estabelecem-se prioridades para a ação governamental que monitora a atividade online: “você também pode interagir com outros cidadãos e demandas, dando o seu apoio, comentando e acompanhando a resolução dos pedidos” (Colab, 2024).

A Muralha Eletrônica, um projeto de posicionar câmeras, carregadas de algoritmos de reconhecimento facial e identificador de veículos, em vias

limítrofes ao município com a função de encontrar veículos roubados e “processar imagens a receber dados que poderão ser utilizados para identificar procurados pela Justiça” (Prefeitura de Santo André, 2023), está presente no município de Santo André.

O Abrigo Amigo, um projeto que prevê a utilização de totens publicitários em pontos de ônibus para “fornecer companhia e conforto” a mulheres sozinhas durante a noite em São Paulo (Estado de São Paulo, 2023). Para isso os totens possuem microfones, câmera e conexão com a internet para que seja possível estabelecer uma conversa entre a pessoa exposta e a central de serviços. Projeto similar ao Totem de Segurança implementado em Mogi das Cruzes, que por sua vez é controlado pela polícia e está a disposição a qualquer momento do dia para “assistir” a assaltos e furtos.

Estes projetos, antes de serem experimentados dentro de suas potências e limites, passam por uma aceitação quase imediata da opinião pública, e por um investimento logicamente aceitável das gestões devido aos elementos inseridos nessas políticas que entendemos como centrais. Em primeiro, paradigma administrativo se trata da forma a qual a gestão privilegia a eficiência pela eficiência, utilizando-se de artifícios empresariais para administração pública, enaltecendo a lógica do cidadão-consumidor. Como explica Ribeiro (1998, p. 115–116):

Esse paradigma, calcado na empresa e no individualismo, corporifica o novo indivíduo desejável (trabalhador, administrador, governante, funcionário público, político). Esse indivíduo – verdadeiro protótipo divulgado por consultorias, assessorias, revistas especializadas, cursos (Ribeiro, 1995) – emerge como síntese construída a partir da ação, codificada e positivada. Com estas breves palavras, queremos denotar que a exacerbação da reflexividade, característica das últimas décadas, estimula a codificação crescente da ação, permitindo que a própria ação (aparentemente vazia de valores e sem referências subjetivas ou culturais) transforme-se num imperativo. [...] Além disso, a noção de paradigma administrativo transmite melhor a ideia, que desejamos acentuar neste texto, de que o sistema de ação pode ser até certo ponto autonomizado do sistema técnico.

Ou seja, baseado em quantificações e decisões técnicas, o paradigma administrativo aliena a máquina pública ao serviço corporativo. Elementos vitais para os modelos de gestão palaciano-corporativo e tecnocrático-partidário (Poggiuese, 2020), que se utilizam da força da técnica e da norma para estabelecer as agendas políticas. No contexto da dataficação do espaço urbano, essa lógica é aprofundada. O poder de decisão é cada vez mais atrelado à caixa preta algorítmica: a tecnocracia é cada vez mais tecnopolítica.

A vigilância, sinônimo de controle e visibilidade, que, em termos clássicos, “pode ser definida como a observação sistemática de indivíduos, populações ou informações relativas a eles, tendo em vista produzir conhecimento e intervir sobre os mesmos, de modo a conduzir suas condutas” (Bruno, 2013, p. 18), é um dos elementos mais marcantes dessas novas tecnopolíticas dada a sua compatibilidade com os dados. Através da infinidade de novos dispositivos de coleta massiva de dados, tornou-se possível o que van Dijck (2014) chama de vigilância de dados – *dataveillance* –, monitorando e modelando o perfil dos usuários de tecnologias apenas por seu rastro digital, que agora também se dá pelas infraestruturas urbanas. Fernanda Bruno compreende também de maneira ampliada a vigilância no imaginário nos cotidianos, inclusive no entretenimento, pois dos “reality shows às redes sociais, convida-se o outro, numa espécie de voyeurismo simulado, a penetrar na intimidade, naquilo que aí ocorre de mais corriqueiro” (2013, p. 69). Assim, “a técnica digital da informação faz com que a comunicação vire vigilância” (Han, 2022, p. 13).

Por fim, como observado anteriormente (Pasti & Cracco, 2023), o contexto de difusão de projetos urbanos baseados em técnicas da informação acompanha uma profusão acrítica de discursos propagando benefícios da adoção de tecnologias como caminhos para solucionar problemas urbanos — na lógica apolítica e neoliberal do que Morozov chama de “solucionismo tecnológico” (Morozov, 2020). Em todos os casos estudados, a adoção acrítica das tecnologias acompanha a narrativa de que os problemas urbanos vão ser solucionados a partir de novos aplicativos ou inovações técnicas, todas desenvolvidas por agentes do mercado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vigilância, o paradigma administrativo e o solucionismo tecnológico aparecem como elementos centrais das tendências dominantes das tecnopolíticas do planejamento urbano na metrópole paulista, com a profusão de dispositivos e formas de vigilância e controle, sob o discurso da eficiência e da neutralidade e positividade de todas as inovações técnicas incorporadas na cidade. A crítica a esse processo, a partir da abordagem tecnopolítica, permite desvendar mais claramente os sentidos da ação (Ribeiro, 2013) planejadora, tornando-se possível identificar a concretude dos processos e as possibilidades de caminhos alternativos. Compreender tais sentidos das tecnopolíticas é hoje essencial para que a agenda urbana seja resgatada aos sentidos pertinentes para a transformação social.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amadeu da Silveira, S. (2021). A hipótese do colonialismo de dados e o

- neoliberalismo. Em J. F. Cassino, J. Souza, & S. Amadeu da Silveira (Orgs.),
Colonialismo de Dados: Como opera a trincheira algorítmica na guerra
neoliberal. Autonomia Literária.
- Bertollo, M. (2019). A capilarização das redes de informação no território brasileiro
pelo smartphone [Text, Universidade de São Paulo].
<https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-11042019-171300>
- Bruno, F. (2013). Máquinas de ver, modos de ser: Vigilância, tecnologia e
subjetividade. Meridional.
- Bruno, F., Cardoso, B., Kanashiro, M., Guilhon, L., & Melgaço, L. (Orgs.). (2018).
Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem (1a edição). Boitempo.
- Colab (2024). Sou cidadão. Disponível em: <https://www.colab.com.br/sou-cidadao/>.
- Dias, L. C. (2000). Redes: Emergência e organização. Em I. E. Castro, P. C. da C.
Gomes, & R. L. Corrêa (Orgs.), Geografia: Conceitos e temas. Bertrand Brasil.
- Dijck, J. van. (2014). Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between
scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, 12(2), 197–208.
<https://doi.org/10.24908/ss.v12i2.4776>
- Estado de São Paulo (2023). Abrigo amigo oferece companhia e segurança a
mulheres em pontos de ônibus da capital. Disponível em:
[https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/abrigo-amigo-oferece-companhi
a-e-seguranca-a-mulheres-em-pontos-de-onibus-da-capital/](https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/abrigo-amigo-oferece-companhi-a-e-seguranca-a-mulheres-em-pontos-de-onibus-da-capital/).
- Feenberg, A. (2003). O que é Filosofia da Tecnologia? Simon Fraser University.
https://www.sfu.ca/~andrewf/Feenberg_OQueEFilosofiaDaTecnologia.pdf
- Han, B.-C. (2022). Infocracia: Digitalização e a crise da democracia. Vozes.
- Latour, B. (2001). A Esperança de Pandora: Ensaio sobre a realidade dos estudos
científicos. Edusc.
- Morozov, E. (2020). Solucionismo, nova aposta das elites globais. Outras Palavras.
<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/solucionismo-nova-aposta-das->

elites-globais/

Morozov, E., & Bria, F. (2019). A cidade inteligente: Tecnologias urbanas e democracia.

Ubu.

Pasti, A., & Cracco, L. (2023). Tecnopolíticas urbanas, informação e competitividade territorial: Notas sobre um ranking de smart cities. *Boletim Campineiro de Geografia*, 12(1), 107–123. <https://doi.org/10.54446/bcg.v12i1.2867>

Poggiuese, H. (2020). Alianças transversais, reconfiguração da política e desenvolvimento urbano: cenários do presente e do futuro. *Boletim Campineiro de Geografia*, 10(2), 481–504.

Prefeitura de Santo André (2023). Santo André conclui instalação de muralha eletrônica com tecnologia de reconhecimento facial. Disponível em: <https://web.santoandre.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/16118/santo-andre-conclui-instalacao-de-muralha-eletronica-com-tecnologia-de-reconhecimento-facial>.

Ribeiro, A. C. T. (1998). Relações Sociedade-Estado: Elementos do paradigma administrativo. *Cadernos IPPUR*, 2(Ano XII), 107–125.

Ribeiro, A. C. T. (2013). A cidade neoliberal: Crise societária e caminhos da ação. Em *Por uma sociologia do presente* (Vol. 5, p. 11). Letra Capital.

Ribeiro, A. C. T., & Sanchez, F. (2013). City marketing: A nova face da gestão da cidade no final de século. Em *Por uma sociologia do presente* (Vol. 5). Letra Capital.

Ribeiro, A. C. T., & Silva, C. A. da. (2013). Impulsos globais e espaço urbano: Sobre o novo economicismo. Em *Por uma sociologia do presente* (Vol. 5, p. 32). Letra Capital.

Sanchez, F. (2010). A reinvenção das cidades para um mercado mundial (2o ed). Argos.

Santos, M. (1993). A urbanização brasileira. Hucitec.

Santos, M. (2020). A Natureza do Espaço. Edusp.

Santos, M. (2021). Por uma outra globalização. Record.

Schiavi, I., & Silveira, S. A. da. (2022). A cidade neoliberal e a soberania de dados:

Mapeamento do cenário dos dispositivos de dataficação em São Paulo. *urbe*.

Revista Brasileira de Gestão Urbana, 14.

<https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210145>

Silveira, S. A. da. (2021). Capitalismo digital. *Revista Ciências do Trabalho*, 20, Artigo

20. <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/286>